

PROJETO DE CRIAÇÃO DE CARGOS VAI À SANÇÃO PRESIDENCIAL

Está muito próxima a tão esperada transformação em lei do projeto que dispõe sobre a criação de cargos de Procurador de Justiça, Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Adjunto, no âmbito do MPDFT, após a aprovação pelo Senado Federal, na quarta-feira, 5 de setembro. A deliberação naquela Casa Legislativa ocorreu em tempo recorde.

O início do longo processo remonta a maio do ano passado, quando foi encaminhado à Câmara dos Deputados, pela Procuradoria-Geral da República, o projeto de lei, que recebeu o nº 3.010/00. Distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação, a proposição permaneceu longo período aguardando parecer do relator na primeira Comissão, em razão de resistências naturais apostas a toda iniciativa que resulte acréscimo de despesa pública, ainda que devidamente reconhecidos os seus méritos e objetivos.

Para a aprovação do projeto, indicou-se, como alternativa adequada, a obtenção do regime de urgência em sua tramitação, situação que exigia a concordância das lideranças partidárias e a deliberação pelo Plenário da Câmara.

O trabalho de conscientização dos líderes do Governo e dos partidos da situação e da oposição, sobre a



Vice-Presidente Marco Maciel, no exercício da Presidência da República, recebe o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Eduardo Albuquerque

importância e a urgência na criação dos cargos de Membros do MPDFT, teve a condução direta e pessoal do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, que dedicou todo o empenho na busca dessa conquista indispensável para o crescimento cada vez maior da atuação do Ministério Público no Distrito Federal. Tornava-se necessária, evidentemente, a sinalização positiva da área econômica do Governo, diante das mencionadas implicações de ordem financeira e orçamentária decorrentes da proposta de ampliação de cargos.

Em audiências com autoridades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Eduardo Albuquerque obteve

do Governo o devido apoio ao projeto de lei, que já contava com a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, em colocar imediatamente a proposição na pauta de votação, desde que não restasse óbice oferecido por alguma liderança.

Em 16 de agosto, a Câmara aprovou o requerimento de urgência e o mérito da proposição, pelo voto unânime das lideranças partidárias, oferecendo apenas duas emendas, com pequenas adequações ao texto original.

Recebido no Senado Federal, no mesmo dia, iniciou-se a tramitação do projeto naquela Casa, como PLC nº 56/01, mediante distribuição à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, tendo sido designado para a relatoriar o senador Romero Jucá.

Ao término da reunião daquele órgão, no dia 29 de agosto, em que se aprovou o PL, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, apresentou os agradecimentos do MPDFT ao relator e ao Presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral, pela demonstração de apreço e reconhecimento ao trabalho do MPDFT. No dia seguinte, o Plenário aprovou regime de urgência para o projeto, e o Presidente o incluiu na pauta da próxima sessão deliberativa, marcada para cinco de setembro.

O projeto segue, agora, para a sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

MPDFT AMPLIA RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

A peregrinação empreendida pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, no Congresso Nacional, durante a tramitação do projeto de lei criando 118 cargos de Membros para o MPDFT, produz resultados que ultrapassam a aceleração do processo de votação desencadeada em fins do semestre passado.

Em todos os contatos e audiências realizados com dirigentes das duas Casas do Legislativo, bem como no Executivo, especialmente na Casa Civil, na Secretaria-Geral e no Gabinete da Presidência da República, Eduardo Albuquerque tem mostrado o trabalho que realiza o Ministério Público no Distrito Federal. Ao estreitar o relacionamento institucional, o Procurador-Geral de Justiça vem recebendo, com satisfação, manifestações de apreço dirigidas ao MPDFT, em reconhecimento à dedicada atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça.

“É impressionante a atenção e o zelo com que autoridades, assessores e técnicos, tanto no Legislativo quanto no Executivo, trataram a iniciativa do Ministério Público em criar mais cargos de Procurador de Justiça, Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjunto”, enfatiza Eduardo Albuquerque. “É com esse sentimento de alegria que expresso



Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, acompanhado do Diretor-Geral do MPDFT, Eduardo Sabo, no momento em que agradecia o apoio do Presidente da Câmara, Aécio Neves, ao projeto de criação de cargos

a gratidão do MPDFT aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aos líderes dos partidos, aos respectivos Secretários-Gerais e todos os assessores, que tanto contribuíram para que se concretizasse essa grande conquista”, acrescenta Albuquerque.

CONDECORAÇÃO



O General de Brigada Maynard de Santa Rosa condecora o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque

MEDALHA DO PACIFICADOR

No dia 25 de agosto, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, foi agraciado pelo Exército Brasileiro com a Medalha do Pacificador, instituída em 1953, quando do sesquicentenário de nascimento do Duque de Caxias. A condecoração é conferida a autoridades civis e militares que tenham prestado relevantes serviços ao país.

A cerimônia, presidida pelo Comandante do Exército, General-de-Exército Gleuber Vieira, foi realizada no Quartel-General do Exército (SMU), como parte das comemorações da Semana do Soldado.

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é uma publicação mensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 - Edifício Sede - Brasília - DF - CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 - <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nídia Corrêa Lima
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Freesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Andreilino Bento Santos Filho
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação, Diagramação e Fotografia:
 Assessoria de Comunicação Social
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 1500 exemplares
Impressão: Gráfica Continental

CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS - CEMA - INICIA OS TRABALHOS

A Central de Penas Alternativas (Cema) deu início aos seus trabalhos de identificação de instituições que deverão ser credenciadas para receber pessoas que cumprem medidas alternativas, para elaboração de relatórios de investigação social e acompanhamento da execução das medidas.

Na inauguração da Cema, em 22 de agosto, na Promotoria de Justiça de Ceilândia, onde está implantado o Projeto-Piloto, a presidente da Comissão de Alternativas Penais (CAP), Promotora de Justiça Adjunta Fabiana Costa Oliveira explicou que tomou como base o projeto de criação de Centrais de Penas e Medidas Alternativas coordenado pela Secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind.

“Não tivemos muitos problemas na implementação deste projeto pois a idéia foi bem recebida e contou com o trabalho de profissionais competentes. Não tenho dúvidas de que a



Da esquerda para direita: os integrantes da Cema, Promotores de Justiça Sandra de Albuquerque Beze, José Theodoro de Carvalho, Maércia Correia de Mello e Márcia Cruz; a Promotora de Justiça Adjunta Fabiana Costa Oliveira, e a Vice-Procuradora-Geral de Justiça, Nídia Corrêa Lima

POSSE DO CONSELHO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

O Conselho de Penas e Medidas Alternativas, criado pela Portaria nº 709, de 16 de agosto de 2001, para orientar e promover o acompanhamento técnico e o desenvolvimento dos trabalhos da Cema, tomou posse durante a cerimônia da central.

O início das atividades da Cema é fruto do trabalho iniciado pela Comissão de Alternativas Penais (CAP), instituída em 12 de fevereiro deste ano, mediante a portaria nº 90, do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque.

Os Membros e Servidores designados para compor o grupo com a missão de viabilizar o projeto da Cema, sob a coordenação da Promotora Adjunta Fabiana Costa Oliveira, receberam cumprimentos pelo trabalho realizado.

Cema trará resultados positivos porque se trata da profissionalização de atividades que já vêm sendo desenvolvidas, só que,

anteriormente, sem o devido suporte que temos hoje”, analisou a Promotora Fabiana Oliveira. E lembrou ainda: “Eu não poderia deixar de agradecer ao Procurador-Geral, Eduardo Albuquerque, ao Diretor-Geral, Eduardo Sabo, e ao Promotor-Chefe de Ceilândia, Fernando César Valente, que desde o primeiro momento nos deram total apoio”.

Estiveram presentes na cerimônia de inauguração da Cema, além de Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Juiz Diretor do Fórum de Ceilândia, Asiel de Souza, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Edmundo Minerino Dias; o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do DF, Ney de Andrade; a Gerente da Central de Apoio e Acompanhamento das Medidas e Penas Alternativas do Ministério da

Justiça, Vera Müller; e o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Ângelo Barros.



Promotores e Servidores que integram a equipe da Comissão de Alternativas Penais - CAP

O MPDFT MAIS PRÓXIMO DA COMUNIDADE

DEFINIDOS TERRENOS PARA O MPDFT EM BRAZLÂNDIA E SANTA MARIA

O crescimento da atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios vem motivando a Procuradoria-Geral a realizar um planejamento de médio e longo prazo visando à busca de locais próprios e adequados. O principal objetivo é atender à demanda por ampliação física correspondente ao aumento do número de Membros - conforme projeto que acaba de ser aprovado pelo Congresso Nacional - e, futuramente, do quadro de Servidores, indispensável ao suporte administrativo às atividades-fim da instituição.

Após meses de pesquisas de novos locais, contatos com técnicos do governo do DF e um trabalho metódico

pela regularização dos lotes que abrigarão, no futuro, as sedes das promotorias das cidades satélites, o saldo é altamente positivo. O trabalho permitiu que o MPDFT solidificasse, de forma inédita, sua expansão. As mais recentes conquistas foram as legalizações dos lotes de Brazlândia e Santa Maria, que já estão em processo de cercamento. Planaltina, Paranoá e Samambaia já se encontram com os lotes regularizados e cercados.

O espaço próprio no Gama foi possível graças à atuação direta do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, e do Diretor-Geral, Eduardo Sabo, que obtiveram a cessão, por parte do TJDF, de lote ao lado do

edifício do novo Fórum daquela cidade (Área Especial 1, Setor Norte). Em Sobradinho, aguarda-se a conclusão de estudo de revitalização da zona central que vem sendo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do GDF (Seduh), para a definição de uma área ao MPDFT.

A Direção-Geral concentra ainda suas atividades na escolha de locais para a futura instalação de sedes do MPDFT nas localidades de Riacho Fundo e São Sebastião. Em conformidade com o plano de expansão e aproximação do MPDFT com a comunidade, a Direção-Geral, em ofício recentemente expedido, pleiteia junto à Seduh espaço próximo ao Fórum do Recanto das Emas.

LOTES REGULARIZADOS

SANTA MARIA
regularizado em 7/8/2001
Área: 2.206,86m²
Endereço: QR 21,
conj. A, lt. 14

BRAZLÂNDIA
escriturado em 30/7/2001 -
Área: 750m² - Endereço:
Cidade Tradicional, lote 02,
Setor Administrativo

SAMAMBAIA
regularizado em 29/5/2001 - Área: 4.386,96m², cercado
e com placa. Endereço: quadra 302, conjunto 1, lote 2

PARANOÁ
regularizado em 25/5/2001 - Área: 10.899,05m², cercado
e com placa. Endereço: quadra 4, conjunto B, lote 1

PLANALTINA
regularizado em 5/4/2001 - Área: 1.500m², cercado e
com placa. Endereço: Área Especial Norte, lote 10-A

Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito
Federal e Territórios

Futura Sede da
Promotoria de Justiça
de Santa Maria

Área: 2.206,86 m²
Endereço: QR 211,
conjunto A, lote 14

LOTE EM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO E/OU REGULARIZAÇÃO

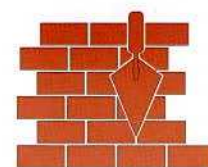
GAMA
Em negociação com TJDF
para cessão de área de
8.400 m², de propriedade da
União, já destinada ao
Tribunal

SOBRADINHO
Aguarda a conclusão do estudo de revitalização da zona
central da cidade,
que vem sendo realizado pela Secretaria de
Desenvolvimento Urbano e Habitação do GDF (Seduh)

CEILÂNDIA
Pleiteado lote próximo ao Fórum (QNM 11), em ofício
encaminhado à Companhia Imobiliária de Brasília

RECANTO DAS EMAS
Pleiteado lote próximo ao Fórum,
em ofício encaminhado à Seduh, em 3/7/2001

CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE ENTRA EM NOVA FASE



As máquinas já estão trabalhando na obra da sede da Promotoria da Infância e Juventude. Foi concluída a terraplenagem do terreno e iniciada a construção do galpão onde irá funcionar a administração e a fiscalização da obra. As instalações provisórias de luz, telefone, água e esgoto também foram iniciadas, e as previsões são de que dentro de três meses começarão os trabalhos de fundação da obra.



A Promotoria de Defesa da Infância e Juventude foi criada em 1990, mesmo ano em que entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desde então, o fluxo de processos que chegam diariamente não parou de crescer. Instalada em salas cedidas pelo Tribunal de Justiça, no prédio da Vara da Infância e da Juventude, a Promotoria recebe diariamente cerca de 50 adolescentes. A partir da entrada do edifício até as salas reservadas ao MP, cerca de 120 pessoas, por dia, aguardam nos corredores ser atendidas por um dos 11 Promotores de Justiça que atuam na Infância e Juventude.

O crescimento da demanda e do fluxo de pessoas não vem sendo acompanhado pela estrutura física reservada ao MP. A Promotora-Chefe, Leslie Marques de Carvalho, dá um exemplo das dificuldades: "tivemos um Promotor que trabalhava sem sala, aproveitando a ausência dos que estavam em audiência". Para amenizar o problema, a Promotora-Chefe viu-se forçada a redividir o espaço de cada sala, mas não deixou esmorecer o esforço da equipe da Infância para manter o

trabalho social.

As condições adversas de trabalho do grupo de Promotores e Servidores que se dedicam à Infância e Juventude estão com os dias contados. O início da construção da sede da Promotoria foi antecipado para este ano, e em 18 de junho foi assinado o contrato com a construtora que venceu a licitação. O valor da obra está orçado em R\$ 3.270.423,45, cerca de R\$ 654,00 por metro quadrado, 6% abaixo do preço estimado. O prazo de entrega do prédio é de 24 meses, contados da assinatura do contrato.

Além de atender às necessidades de maior espaço físico e de funcionalidade, o projeto dedica atenção especial ao acesso dos portadores de deficiência física, que será facilitado por meio rampas, banheiros adaptados e vagas específicas para automóveis.

Para a Promotora-Chefe, o principal benefício da nova sede será a garantia de um trabalho melhor na área da Infância e Juventude, que, para ela, é a base da sociedade. Segundo Leslie, a Promotoria é muito procurada pela comunidade, ONGs, Conselhos de Direitos e outras entidades. E acrescenta: "o Procurador-Geral, que elegeu como prioridade a área da infância e da juventude, merece aplausos, porque acreditou e investiu".

Estatística do trabalho realizado pela Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude

Processos recebidos	1999	2000	Até 21/8 de 2001
Infracionais	16.034	20.512	14.180
Cíveis	3.226	3.593	2.229



Promotores de Justiça e Servidores da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude

BIBLIOTECA DO MPDFT É REFERÊNCIA NO DF

Visando ampliar e manter atualizado o acervo da sua biblioteca, o MPDFT adquiriu, no primeiro ano da atual gestão, 1.891 novas obras, em sua grande maioria, especializadas na área jurídica, o que torna nossa biblioteca uma referência na área do Direito no DF.

A biblioteca do MPDFT, que realiza em média 90 empréstimos por dia, preferencialmente a Membros e Servidores, atende também a solicitações de unidades congêneres do

TJDFT a pedido de Magistrados daquela instituição.

O Promotor de Justiça Bruno Vergini de Freitas, um dos usuários que mais utiliza o atendimento da biblioteca, compara o acervo do MPDFT com o das demais bibliotecas do DF e afirma que: "na área de Direito ela está no mesmo nível das melhores - do Senado Federal e do Ministério da Justiça -, com livros atuais, novos e um setor de periódicos muito bom".



Promotor de Justiça
Bruno Osmar Vergini de Freitas

ACESSO EXTERNO À INTRANET FACILITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE



Promotor de Justiça Leonardo Bessa

No início deste ano, os Membros e Servidores passaram a ter acesso, de fora

da instituição, aos serviços e informações da Intranet (rede interna da Instituição). Para o Promotor de Justiça Leonardo Bessa, titular da 2ª Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor, o acesso externo à Intranet foi muito útil durante o período em que esteve afastado do MPDFT para conclusão do curso de mestrado.

Nos últimos seis meses dedicados à conclusão do mestrado sobre Direito e Estado, pela UnB, Bessa manteve-se em contato com a instituição, mesmo

quando viajou para pesquisas no exterior, graças ao acesso externo à Intranet.

Também pelo acesso externo à Intranet, o Promotor pôde responder às dúvidas dos leitores do jornal *Correio Braziliense*. A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor colabora, desde outubro de 1999, com o caderno *Direito e Justiça*, publicado no jornal às segundas-feiras, respondendo consultas encaminhadas pelo correio eletrônico, ao MPDFT, no endereço perguntas@mpdft.gov.br.

NOVIDADE NO ATENDIMENTO A APOSENTADOS E PENSIONISTAS

"Agora, quando preciso resolver algum problema no MPDFT vou lá na sala. A funcionária me dá todas as explicações necessárias, com muita atenção". A declaração do Promotor de Justiça aposentado Josué Pinheiro de Mendonça evidencia o resultado do trabalho e a aprovação da iniciativa, por parte dos Promotores e Servidores aposentados do MPDFT, que, a cada dia, fazem da sala de apoio (611) trajeto obrigatório quando vêm à Sede do MPDFT.

Os aposentados e pensionistas que se deslocam ao MPDFT em busca de informações ou mesmo para rever

antigos colegas, passaram a contar com uma sala de apoio onde a servidora Daniley da Silva Monteiro está à disposição para auxiliar no que for preciso. Segundo Daniley, a maior demanda dos visitantes é por informações sobre a rede interna de computadores (Intranet), questões relacionadas com a aposentadoria, pendências judiciais, etc. "Muitos fazem o cadastramento na Intranet, mas têm dúvidas quando iniciam o acesso. Então eu sugiro que venham à sala 611, de onde posso orientar passo a passo e tirar qualquer dúvida", explicou a servidora. O Técnico Administrativo aposentado Anfilóquio

Alves Filho é também usuário desse novo serviço. "Acho que foi uma idéia excelente", reafirmou Anfilóquio.



Promotor de Justiça aposentado
Josué Pinheiro de Mendonça

CONSELHO SUPERIOR RENOVA COMPOSIÇÃO



Procuradores de Justiça Antônio Ezequiel Neto e Carlos Gomes



Procurador de Justiça José Firmo



Procuradora de Justiça Arinda Fernandes

O Colégio de Procuradores realizou eleições internas para a renovação do Conselho Superior do MPDFT. No dia 23 de agosto, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjunto compareceram ao Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para prestigiar os Procuradores de Justiça inscritos como candidatos, Antônio Ezequiel de Araújo Neto, Arinda Fernandes, Carlos Gomes e Zenaide Souto Martins. O resultado apontou 128 votos para Carlos Gomes e 101 votos para Antônio Ezequiel. No dia seguinte, a segunda rodada de votação, restrita à participação dos Procuradores de Justiça, escolheu José Firmo Reis Soub, com 26

votos, e Arinda Fernandes, com 13 votos.

A eleição constituiu exigência da lei para que os Procuradores de Justiça ascendam à administração superior, pois o Conselho não é órgão meramente normativo, mas co-responsável pela direção do Ministério Público. "Há dezoito anos no MPDFT, onde ingressei como estagiário, sinto-me gratificado porque posso oferecer, mais uma vez, minha contribuição em prol desta Instituição e, no biênio 2001/2, espero ver aprovados o Código de Ética, as regras para a promoção por merecimento e a efetiva regulamentação dos afastamentos para cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado", lembrou Firmo.

Segundo o Procurador de Justiça Carlos Gomes, "passadas as eleições,

cabe ao Conselho Superior a continuação dos trabalhos de normatização, revisão de atos e resoluções das questões como as relativas aos pedidos de afastamento e outras que estão a merecer estudos para aprimoramento das normas em vigor. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios vem sofrendo constante dinamização em sua estrutura e cabe ao Conselho Superior, como órgão que detém o poder normativo e julgador, acompanhar essa evolução, sempre no sentido de moralizar e enaltecer a Instituição, hoje uma das mais importantes do País. Depois de receber o apoio maciço da classe, estou imbuído desse propósito e sempre à disposição dos colegas para juntos alcançarmos essa finalidade."

POSSE DA DIRETORIA ELEITA DA ASMIP

A diretoria eleita da Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Asmip) tomou posse no dia 24 de agosto. Além da reeleição do presidente Jean Paulo Loiola, vários outros integrantes da diretoria passada foram reconduzidos para o novo mandato, o que foi considerado por Jean Paulo como o reconhecimento e aprovação do trabalho que a associação vem desenvolvendo com seus associados. O presidente reeleito avalia: "a interlocução com as autoridades competentes tem sido bastante positiva, uma vez que estamos estabelecendo um canal de diálogo em torno das atuais reivindicações dos servidores do Ministério Público".



Diretoria eleita da Associação dos Servidores do MPDFT

MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA AS PROMOTORIAS LOCALIZADAS NAS CIDADES-SATÉLITE

Durante os meses de abril e maio deste ano, a Direção-Geral do MPDFT iniciou uma série de visitas às promotorias localizadas nas cidades satélites, apresentando a Promotores e Servidores as metas estipuladas pela direção e planos traçados do MPDFT. A proposta visava, também, conhecer, de forma direta, a realidade do trabalho desenvolvido em cada uma das promotorias, suas peculiaridades e necessidades. Longe de significarem apenas visitas de rotina, elas tinham objetivos específicos: proporcionar aos Promotores de Justiça e Servidores das cidades-satélite melhores condições de trabalho, de acordo com a realidade de cada uma. Ouvidas e cuidadosamente registradas, as reivindicações não ficaram no papel e os resultados começam a aparecer:

PROMOTORIA DO GAMA

Ampliação de 176 m² para 276 m². Isso significa não apenas melhores condições de trabalho dos Promotores de Justiça, mas também melhores condições de atendimento à população, com salas individuais para cada Promotor, o que possibilita maior privacidade no atendimento ao cidadão durante as audiências.

É a nova realidade com que, dentro de pouco tempo, os 12 Promotores e 18 Servidores que atuam no Gama passarão a conviver. Um esforço conjunto do Procurador-Geral, Eduardo Albuquerque, e do Diretor-Geral, Eduardo Sabo, que contou com a decisiva cooperação do Presidente do TJDF, T,

Edmundo Minervino Dias, resultou na conquista de espaço para o MPDFT no edifício do novo Fórum do Gama (Área Especial 1, Setor Norte), inaugurado no dia 8 de agosto deste ano.

“Todas as nossas reivindicações foram atendidas, não só a de novas instalações, como a aquisição de computadores, a vinda de servidores e motoristas. Temos recebido total apoio”, afirmou o Promotor-Chefe do Gama, Wanderley Ferreira dos Santos.



Promotores de Justiça e Servidores do Gama

O layout das novas instalações está aprovado pela Direção-Geral e pelo Promotor-Chefe do Gama. O processo de contratação de empresas para a instalação elétrica, rede lógica, telefonia e divisórias já está em andamento.



Da esquerda para a direita: Promotora de Justiça Cláudia Valéria de Queiroz e, Promotor-Chefe Daniel Rodrigues

Dentro de dois meses as reformas do novo espaço da Promotoria de Planaltina estarão concluídas. Com a

salas individuais e os 12 Servidores terão espaço maior para desenvolver suas

PROMOTORIA DE PLANALTINA

inauguração do novo edifício do Fórum de Planaltina, o TJDF, T cedeu ao MPDFT uma área de 395 m² do antigo prédio, três vezes maior do que as instalações ocupadas atualmente.

As reformas tiveram início no dia 20 de agosto e custarão R\$ 41 mil. Assim como no Gama, os sete Promotores poderão, em breve, trabalhar em salas individuais e os 12 Servidores terão espaço maior para desenvolver suas

atividades. “O Procurador-Geral, o Diretor-Geral, os assessores vieram aqui, assim como a equipe administrativa. Trouxeram informações e colheram nossas sugestões. No início eu disse que Planaltina estava abandonada, mas isso acabou. Hoje é realmente bem assistida materialmente e com informações. Estamos esperando, ainda, a chegada dos *no-breaks* que será de grande importância para nós”, declarou o Promotor-Chefe de Planaltina, Daniel Rodrigues.

PROMOTORIA DE SOBRADINHO

Já foram iniciados os trabalhos de levantamento de dados para a especificação técnica da reforma necessária da nova área que irá abrigar a Promotoria de Justiça de Sobradinho. São 395 m², localizados no antigo Fórum da cidade, que serão totalmente reformados para receber os seis Promotores e nove Servidores que atuam naquela cidade. Atualmente a Promotoria de Sobradinho ocupa uma área menor em prédio alugado.